



A “nova” casa-torre (*domus fortis*) medieval da Rua da Reboleira. Arqueologia pública no centro histórico do Porto

GERARDO VIDAL GONÇALVES¹

DINA BORGES PEREIRA²

ANTÓNIO SÉRGIO PEREIRA³

1 Arqueólogo e investigador. CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora; EROS Lda.; Associação de História e Arqueologia de Sabrosa.

2 Arqueóloga. EROS Lda.; Associação de História e Arqueologia de Sabrosa.

3 Arqueólogo. Colaborador da EROS Lda.; Associação de História e Arqueologia de Sabrosa.

RESUMO

Procura-se, com este documento, apresentar, por um lado, os resultados do projeto de arqueologia pública, levado a cabo pelos signatários, num lote localizado na Rua da Reboleira e, por outro, tecer algumas das considerações mais relevantes no âmbito da arquitetura medieval no casco urbano antigo da cidade do Porto.

PALAVRAS-CHAVE

Arquitetura medieval; arqueologia urbana; casa-torre; cidade do Porto; arqueologia do construído; arqueologia preventiva.

ABSTRACT

The aim of this article is to present the results of the public archaeology project, carried out by the signatories, in an old building located in Rua da Reboleira, one of the oldest streets in the city of Porto and, on the other hand, present some of the most relevant considerations in the context of medieval architecture in the old urban centre of the city of Porto.

KEYWORDS

Medieval architecture; urban archaeology; tower house; Porto city; built archaeology; preventive archaeology.

1. Introdução

O trabalho que aqui se apresenta tem como objetivo, por um lado, aportar informações sobre uma provável estrutura habitacional baixo-medieval localizada num dos arruamentos mais importantes da cidade do Porto – a Rua da Reboleira, e, por outro lado, postular alguns indícios verificáveis que, no âmbito do trabalho efetuado e das reflexões obtidas, parecem, segundo a visão dos signatários, assegurar, mesmo que parcialmente, a solidez das afirmações e assunções propostas e discutidas.

O texto infra citado é, em parte, um contributo para a reflexão sobre as estruturas habitacionais de tipo robusto, amplamente conhecidas e difundidas como “casas-torres”, “torres” ou ainda “casas-fortes”, certamente designações que assentam bastante bem tendo em conta a proximidade estrutural, construtiva e de componentes e matérias-primas entre estas e as estruturas régias e de carácter militar que comumente designamos como fortificações ou estruturas defensivas baixo-medievais.

Num trabalho com já alguns anos, no entanto interessantíssimo, de Mário Jorge Barroca (1998), a designação “casa-torre”, bem entendida e descrita pelo autor como uma residência senhorial fortificada ou *domus fortis* (Barroca, 1998, p. 40), surge, na generalidade, entre finais do século XII e princípios do século XIII, e irá prolongar-se, em suma, até aos primeiros anos do século XVI, possivelmente ainda durante a primeira década do século XVII. Esta evidência ocorre, para dizer a verdade, um pouco por toda a Europa, sendo, como referem alguns autores (Barel, 1981; Avello Álvarez, 1991; Barroca, 1998), os países de maior evidência Portugal, França, Espanha, Holanda, Itália, Inglaterra e Bélgica, entre outros. Apesar do discurso se centrar em estruturas fortificadas localizadas sobretudo em meios rurais (Avello Álvarez, 1991; Barroca, 1998; Azevedo, 2018), verificam-se, em algumas urbes centrais, estruturas habitacionais civis fortificadas.

Formalmente, as estruturas habitacionais civis fortificadas em centros urbanos manifestam, aparentemente, uma correspondência morfológica e estrutural se comparadas com estruturas senhoriais fortificadas de tipo torre em ambientes rurais. No entanto, e como bem referem Agustín Azkarate Garai-Olaun e Ismael García Gómez (2004), da Universidade do País Vasco, as casas-fortes, em contexto rural, deverão estar articuladas com pequenas estruturas rurais, como moinhos, pontes, ferreiros e uma pequena capela.

Por outro lado, diversos investigadores associam estas novas realidades da arquitetura civil baixo-medieval a fatores como a necessidade de afirmação de uma classe social emergente, não nobres de primeira linha, mas conjuntos mais ou menos abastados de pessoas e famílias que procuram, através da imitação das bem imponentes torres de menagem das estruturas acasteladas, edificar as suas habitações familiares¹.

¹ Como refere Mário Barroca nos seus trabalhos (1989; 1998), este efeito de aproximação à imponência e opulência robusta régia garantiria uma parte do estatuto social da família em questão. A chamada “nobreza de segundo plano” referida por Mário Barroca.

Parece pouco plausível que a estruturação e o investimento nestas moradias fortificadas se prendam com questões defensivas e/ou militares, pois, como seria natural, a defesa de uma estrutura deste género ficaria inabilitada ou fortemente comprometida caso ocorresse sequer um pequeno cerco ao edifício. A mera inexistência de estruturas hídricas de tipo poços ou furos no interior limitaria a permanência no edifício por períodos prolongados, apesar de poderem existir contentores ou recipientes de armazenamento de líquidos.

Na realidade, o fenómeno das *domus fortis*, *fortalicium*, *repayrium*, *turrem*, casa-torre ou casa-forte tem sido particularmente negligenciado não só em território nacional, como em algumas das regiões mais importantes da Europa central e ocidental. Trata-se de um fenómeno eminentemente europeu, o qual pode aportar dados significativamente importantes no sentido de compreender diversos fatores da sociedade na Baixa Idade Média ocidental.

Os trabalhos de arqueologia preventiva e de salvaguarda e arqueologia pública em locais com ocupações intensificadas e atividade social, religiosa, económica e política relevante ao longo do tempo têm vindo a revelar elementos arqueológicos e, consequentemente, históricos bastante significativos no panorama regional e nacional. No entanto, as condições e as circunstâncias em que o mesmo trabalho arqueológico é efetuado condicionam (no caso de projetos de requalificação urbana), devido a uma série de elementos que escapam à prática arqueológica, o tempo e os meios necessários, sejam eles financeiros ou logísticos, disponíveis para o projeto.

Contudo, na generalidade, este mesmo ambiente complexo que pauta a atividade arqueológica tem permitido, em meios urbanos complexos e não só, e no âmbito das ações de salvaguarda e valorização do património, a descoberta de novos elementos fundamentais para compreender diversos fatores da história e arqueologia local, como também, em alguns casos, acrescentar pontos de interesse turístico e cultural para os centros urbanos.

A estrutura identificada no âmbito do projeto de reabilitação urbana levado a cabo pela autarquia do Porto, num edifício localizado na Rua da Reboleira, n.º 13-18, e monitorizado, do ponto de vista arqueológico, pelos signatários deste documento, comporta uma evidência bastante clara da existência de uma estrutura habitacional de carácter civil de tipo fortificado – uma casa-torre em contexto urbano –, como são bem conhecidos outros exemplos no interior do casco urbano antigo da cidade do Porto.

2. Materiais e métodos

Os resultados aqui apresentados correspondem a uma primeira avaliação realizada no contexto da descoberta de uma estrutura constituída por silhares de granito, ainda que com dimensões variáveis, formando, no seu conjunto, uma parede com, pelo menos, dois elementos arquitetónicos (janela e porta) de cronologia baixo-medieval.

Foram então implementados, no âmbito do registo inicial, duas técnicas diferentes, mas complementares. Por um lado, e após os trabalhos de limpeza das diversas superfícies, procedeu-se ao registo gráfico (ilustração arqueológica parietal) de algumas das partes da estrutura identificada e, em seguida, ao levantamento fotogramétrico de toda a estrutura parietal visível. Foram, assim, cotados e georreferenciados pontos específicos nas diversas faces da estrutura e nos vários pisos, os quais, na fase de análise e estudo, foram integrados e corrigidos metricamente em laboratório.

Foi ainda possível, no âmbito do registo gráfico parietal, implementar o levantamento de, pelo menos, quatro marcas de canteiro, através de técnicas utilizadas no domínio do levantamento de arte rupestre. O processo de levantamento gráfico das marcas de canteiro consistiu na ilustração, à escala 1:1, dos elementos insculpidos, através da colocação de uma manga plástica ou acetato (dimensionada em função do silhar onde se insculpiu a marca) de espessura fina, fixado na face a registar, através de goma inerte. Sobre esta manga foram desenhados os contornos das marcas, elementos relevantes, nomeadamente fraturas e outros, e alguns elementos de relevo para posterior análise. Optou-se por aplicar cores diferentes em função do tipo de elemento a registar². Após este processo, cada marca foi fotografada com a manga plástica e o desenho e com uma escala gráfica fixada numa das extremidades da manga.

O levantamento fotogramétrico implicou a recolha de cerca de 150 fotografias por piso³, sendo que o perímetro de incidência de cada painel ou piso corresponde, aproximadamente, a 740 x 309 cm⁴, isto é, uma área de cerca de 22,88 m² por painel e uma área total de 69 m².

Foi ainda elaborado o levantamento fotogramétrico da parede oeste da cave do edifício, cujo acesso se realiza pelo Muro dos Bacalhoeiros, n.º 123-124. Devido ao excessivo pé-direito em algumas zonas da cave, sobretudo a norte, com medições que atingem os 5,60 m, a metodologia de levantamento gráfico da estrutura (ilustração arqueológica parietal) ficou comprometida nas áreas mais elevadas. No entanto, foi implementada, em laboratório, a retificação da malha fotogramétrica com pontos-guia cotados e georreferenciados parietalmente.

2 Foram utilizadas linhas vermelhas para representar o contorno/perímetro das marcas de canteiro. O interior da insculptura foi preenchido com pontilhado também vermelho, no sentido de ilustrar a rugosidade e relevo da insculptura. As fraturas e outros elementos de interesse foram ilustrados com linha de cor preta. A espessura da linha foi mantida homogênea em todos os casos.

3 Na generalidade, o levantamento fotogramétrico implicou a captação, na totalidade dos três painéis (pisos) e no painel da cave, no Muro dos Bacalhoeiros, de cerca de 750 fotografias de alta resolução.

4 Aproximadamente 2000 cm de perímetro.

No sentido de complementar a contextualização cronológica, sobretudo a partir da análise morfológica tanto da estrutura (parede), como dos elementos já descritos (janela e porta), foram implementados medições e levantamentos noutras estruturas semelhantes do casco urbano antigo, a saber: Casa-Torre da Rua da Reboleira, n.º 59, e Torre da Rua de D. Pedro Pitões, junto à Sé do Porto⁵. Outras estruturas foram indagadas. No entanto, a dificuldade ou impossibilidade, em alguns casos, em obter uma visão alargada de conjunto das estruturas limitou ou impediu a sua utilização para este fim.

3. Enquadramento e caracterização da descoberta

A identificação de uma estrutura com elementos arquitetónicos de características baixo-medievais foi levada a cabo no âmbito, como já referimos, de um projeto arqueológico de monitorização e sondagem das obras de engenharia e reabilitação de um edifício localizado na Rua da Reboleira, n.º 13-18, e Muro dos Bacalhoeiros, n.º 123-124, no casco urbano antigo da cidade do Porto. Trata-se de um edifício com cave, rés-do-chão e quatro pisos, cujas fachadas e organização interna fazem parte da típica casa portuense, implementada a partir da segunda metade do século XIX.

O projeto de arqueologia decorreu entre os meses de agosto de 2018 e abril de 2019, na fase de obra e durante os trabalhos de engenharia para a reabilitação do edifício. No decorrer dos trabalhos de arqueologia foi, ainda, implementada uma pequena sondagem arqueológica localizada no piso n.º 0, com acesso a partir da Rua da Reboleira. A sondagem pretendia avaliar, em primeiro lugar, a potência estratigráfica do piso n.º 0 e a estruturação das fundações do edifício. No entanto, a intervenção deparou-se com o travamento em madeira, o qual suportava o piso que separa a estrutura habitacional, cujo acesso é feito a partir da Rua da Reboleira, e a cave, cujo acesso é feito através de uma porta no Muro dos Bacalhoeiros, n.º 123-124.

No decorrer dos trabalhos arqueológicos, após a conclusão da referida sondagem, procedeu-se à monitorização das diversas obras de engenharia, no âmbito dos trabalhos de requalificação do edifício. Um dos processos de engenharia a levar a cabo foi, inicialmente, a picagem das paredes do edifício, sobretudo a partir do piso n.º 1. No decorrer da picagem das paredes, sobretudo na parede oeste, foi identificada, no piso n.º 2, uma estrutura bem preservada – uma janela com características bastante próximas de outros exemplos de estruturas baixo-medievais. Trata-se de uma janela de arco quebrado ou arco angular (La Plaza Escudero e Morales Gómez, 2014), de cronologia, presumivelmente, baixo-medieval, composta

⁵ A Torre da Rua de D. Pedro Pitões terá sido recolocada a 15 metros da sua posição original e reconstruída, aproximadamente, nos anos 40 do século XX.

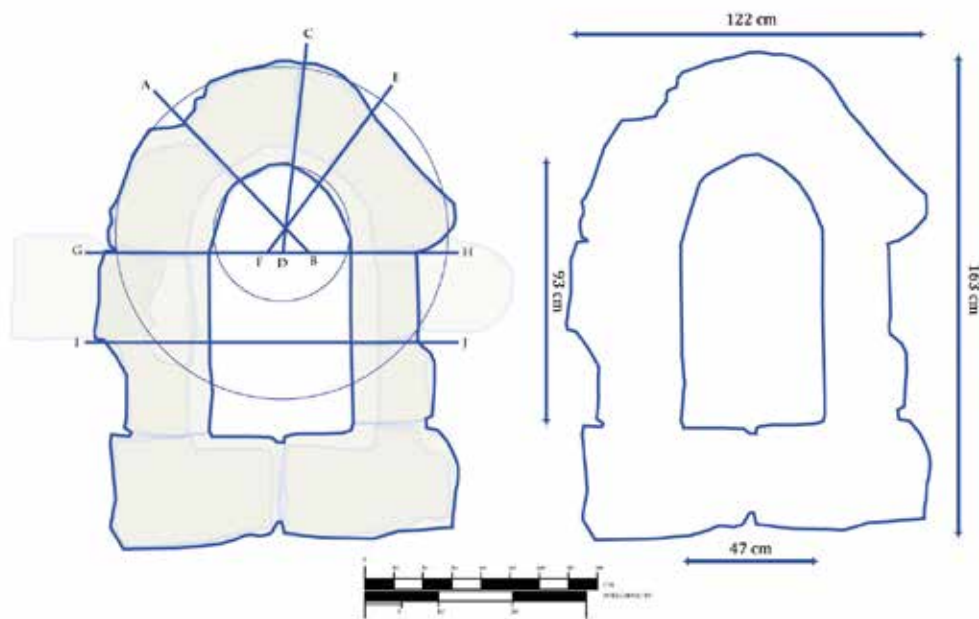


Figura 1 Ilustração da estrutura da janela localizada no piso n.º 2.

por sete aduelas mais ou menos irregulares, sendo que duas delas poderiam corresponder a impostas dissimuladas, com um vão de 47 cm e uma altura interna de cerca de 93 cm.

No piso n.º 1 foi ainda identificada parte de uma porta cujo arco (nível superior) foi identificado no piso n.º 2, imediatamente abaixo da janela referida no parágrafo anterior. Esta porta elevada apresenta uma altura interna de 216 cm e um vão de 137 cm. A porta é estruturada em função de duas ombreiras fragmentadas em partes e bastante danificadas. Em suma, no momento de identificação, tanto a janela como a porta estavam enclausuradas ou condenadas com o recurso a pedras de pequeno e médio calibre e argamassas simples.

Na sequência da identificação das estruturas referidas, das marcas de canteiro e da generalidade da estrutura em pedra que se prolongava desde o piso n.º 1 ao piso n.º 3, foi realizada uma avaliação da zona da cave, no Muro dos Bacalhoeiros. Nessa avaliação verificou-se que a estrutura constituída por silhares em granito se prolongava até ao afloramento granítico, na base da estrutura habitacional.



Figura 2. Localização do edifício/lote intervenido (a vermelho).



Figura 3. Planta com indicação das estruturas Casa-Torre n.º 59, Casa n.º 55 e hipotética implementação da Casa-Torre da Rua da Reboleira, n.º 13-18.

4. A *domus fortis* ou casa-torre

Os dados disponíveis para o estudo comparado das estruturas conhecidas como casas-torres em centros urbanos são, na generalidade, escassos e bastante fragmentados, devido à insuficiência de elementos materiais integralmente preservados. No entanto, a cidade do Porto, sobretudo no casco urbano antigo, possui algumas evidências, mesmo que fragmentadas, sobre o fenómeno conhecido como *domus fortis* em centros urbanos. O importantíssimo trabalho realizado por Silvana Vieira de Sousa (2017) ilustra o número elevado de indícios de estruturas em contextos medievais, muitas delas presumivelmente relacionadas com habitações robustas de tipo casas-torres ou *domus fortis*.

A parede descoberta na Rua da Reboleira parece indiciar, sobretudo devido aos dois elementos referidos (janela e porta) e ao seu posicionamento altimétrico⁶, a existência de uma casa-torre de origem medieval. A Rua da Reboleira, como se pode verificar, possui, pelo menos, dois edifícios correspondentes à morfologia e características deste tipo de habitação familiar. Trata-se, em suma, de uma quebra com a arquitetura generalizada do centro urbano medieval da cidade. As habitações civis ou casas, na generalidade, eram estruturadas em função de materiais mais ou menos perecíveis, como a madeira e a taipa, sobretudo nos pisos superiores, e, quando estruturadas em silhares de granito e argamassas, a sua altura não deveria ultrapassar os dois pisos acima da rua e a sua área, na generalidade, não ultrapassaria os 50 m² (Duarte, 2003).

Assim sendo, uma estrutura de tipo casa-torre evidenciar-se-ia das suas vizinhas menos imponentes na paisagem urbana. No entanto, importaria também refletir um pouco sobre o posicionamento destas estruturas nas ruas e artérias da cidade. A Rua da Reboleira apresentava, previamente, dois exemplos bastante preservados de arquiteturas medievais imponentes, bastante próximas da estrutura militar régia do século XIV: a muralha fernandina do Muro dos Bacalhoiros, a Casa-Torre n.º 55 e Casa-Torre n.º 59.

⁶ A janela documentada eleva-se a cerca de 8,9 metros acima da cota base da Rua da Reboleira e a porta elevada situa-se a cerca de 5,5 metros acima da cota da mesma rua.

5. A “nova” casa-torre medieval da Rua da Reboleira

A estrutura descoberta na Rua da Reboleira, n.º 13-18, no limite oeste do atual edifício, comporta, na essência, uma parede, mais ou menos homogênea, constituída por cerca de 435 silhares em granito, com uma espessura aproximada de 29 cm⁷, organizados em função de 29 filas ou fiadas de alvenaria horizontal. É uma estrutura bastante robusta, a qual se eleva, até onde foi possível apurar, a cerca de 13,5 metros acima da cota da Rua da Reboleira, isto é, a uma elevação correspondente a cerca de 24,1 metros acima da cota média do nível do mar.

A estrutura é composta por silhares em granito de forma quadrangular e retangular, sendo que, em algumas áreas, verificamos uma alteração morfológica nos respetivos silhares, observando-se o preenchimento de pequenos vãos com pedras retangulares alongadas, com dimensões bastante reduzidas.

Devido às condicionantes dos trabalhos de engenharia no edifício, o piso n.º 0 e o piso n.º 4 não foram intervencionados com o recurso a picagem regular, sendo, neste caso, impossível determinar a morfologia ou disposição geral da estrutura ou alvenaria em pedra. No entanto, foi possível identificar uma descontinuidade no aparelho construtivo, sobretudo na parte mais a sul da parede referenciada. Contudo, optámos por, no piso n.º 0, complementar a informação em falta com projeções de fiadas de alvenaria, seguindo, evidentemente, a métrica e os elementos quantitativos obtidos nos dois pisos superiores⁸. Foram ainda colmatadas as informações em falta (informação parcial) com projeções de silhares representados em cor cinzenta no levantamento parietal (Figura 7).



Figura 4. Sinalização do edifício na Rua da Reboleira.

7 Este número corresponde unicamente à estrutura alvo de levantamento arqueológico e fotogramétrico.

8 Foi implementada uma projeção baseada na média quantitativa das fiadas de alvenaria (silhares) identificadas e registadas nos pisos n.º 1, n.º 2 e n.º 3.



Figura 5. Planta com indicação do traçado da fachada identificada (a vermelho).



Figura 6. Modelo fotogramétrico da janela medieval do piso n.º 2.

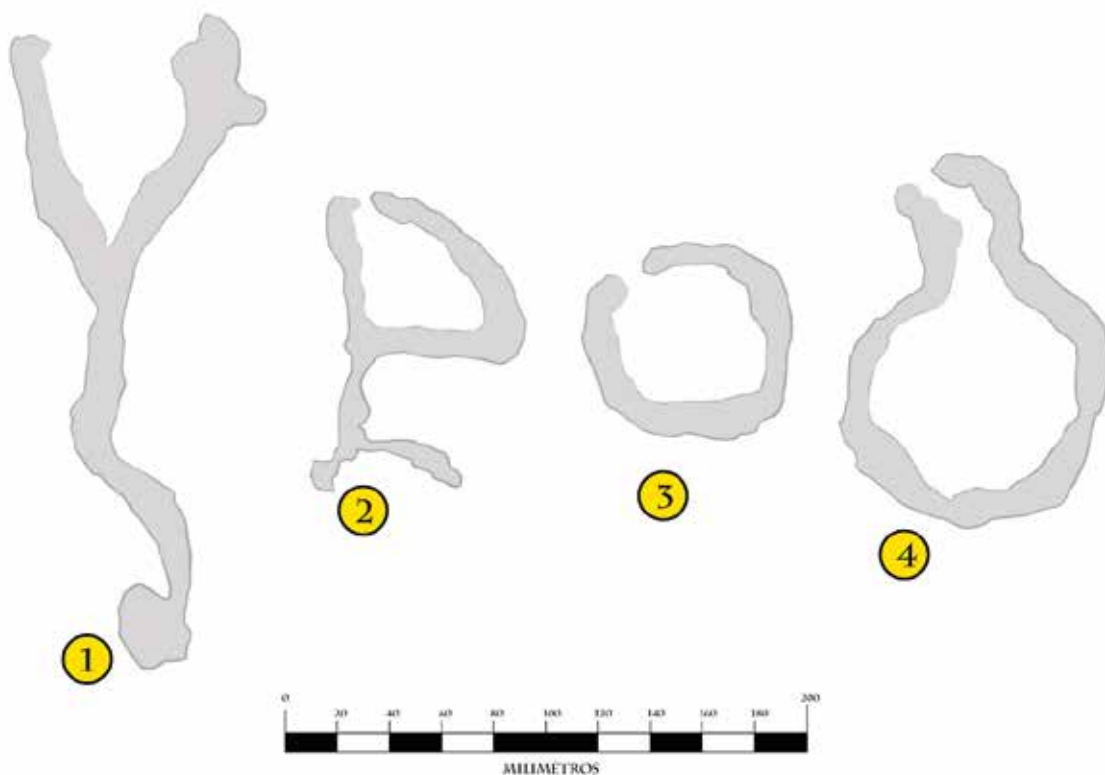


Figura 8. Marcas de canteiro identificadas na parede norte do piso n.º 1.

Parece-nos evidente, com base nos dados obtido e, porventura, avaliando os mesmos no âmbito de uma primeira fase da investigação, que a estrutura descoberta no edifício em estudo representa a parede este de uma provável casa-torre, possivelmente datada da baixa idade média, na malha urbana do Porto medieval. Não nos parece, a julgar pelos elementos identificados até à data, que possa esta parede pertencer a uma estrutura militar ou mesmo de carácter régio. A Figura 7 e todo o trabalho de levantamento e análise *in loco* dos componentes da estrutura parecem indiciar uma habitação bastante semelhante à documentada na mesma rua, com o n.º 59.

As diversas marcas de canteiro identificadas no piso n.º 1 (Figuras 7 e 8) são alguns dos indícios de se tratar de uma empreitada encomendada e financiada por uma família relevante da urbe medieval do Porto.

Em suma, a estrutura descoberta no âmbito dos trabalhos de arqueologia representa, presumivelmente, a fachada este de uma estrutura habitacional robusta, perfeitamente enquadrável em época baixo-medieval. Apesar de não se ter tido acesso a documentos ou informações relativas a uma intervenção arqueológica no edifício contíguo (a oeste do edifício em estudo)⁹, é batente provável que o edifício habitacional (casa-torre documentada) se

⁹ Os autores deste trabalho foram informados da existência de um trabalho arqueológico realizado num dos edifícios contíguos. No entanto, não foi ainda possível recolher dados sobre essa intervenção.

desenvolvesse para oeste. Este facto encontra justificação a partir de dois fatores reconhecíveis: por um lado, as marcas de canteiro encontram-se orientadas para o exterior e não para o interior do edifício e, por outro, a janela documentada apresenta um chanfre ou boleado para o exterior, como mostra a Figura 6.

De notar que a análise estratigráfica parietal e a observação geral da montagem do conjunto de dados recolhidos permitiram avaliar a possibilidade de, em algumas das áreas em estudo, se terem produzido algumas alterações provocadas por fatores antrópicos, mas também por fatores naturais, como a cedência do terreno ou base, derivada, possivelmente, a pequenos sismos ou oscilações geológicas regionais ou locais.



Figura 9. Levantamento parietal das marcas de canteiro com manga plástica/acetato.

6. Arqueologia do construído e análise comparada: a Casa-Torre da Rua da Reboleira, n.º 13-18

Os dados recolhidos, mesmo sendo, porventura, bastante parciais, devido às condicionantes do trabalho já referidas, permitiram refletir sobre alguns elementos que, do ponto de vista dos signatários, possibilitam novas abordagens e leituras sobre o fenómeno não só das casas-torres como da arquitetura medieval na sua generalidade.

Neste sentido, foi implementada a análise comparativa e métrica entre a estrutura em estudo no atual trabalho e, pelo menos, dois edifícios classificados como casas-torres no centro histórico do Porto: a Casa-Torre da Rua de D. Pedro Pitões¹⁰ e a Casa-Torre da Rua da Reboleira, n.º 59.

Assim, verificou-se que, de forma geral, a altura das fiadas/filas de alvenaria (camadas de deposição dos silhares na horizontal) e, conseqüentemente, dos silhares das estruturas, em si mesmos, não variam muito. De forma geral, podemos afirmar que a altura dos blocos de granito, pelo menos nos três casos em estudo, ronda os 32 a 34 cm. Assim sendo, é possível, de forma qualitativa, determinar que, com base na observação direta das estruturas e no seu levantamento gráfico e fotogramétrico, existe uma correlação de altura entre os três edifícios (Figura 10). Para além de se ter verificado, na generalidade, uma relação proporcional e altimétrica entre os elementos edificados – a Casa-Torre da Rua de D. Pedro Pitões e a Casa-Torre da Rua da Reboleira, n.º 59 – e a estrutura da Rua da Reboleira, n.º 13-18, o posicionamento dos restantes elementos arquitetónicos – as janelas e as portas elevadas – manifestam uma semelhança de posicionamento.

Se tomarmos em consideração as camadas ou unidades de posicionamento dos silhares, isto é, as linhas de alvenaria dos silhares, a totalidade das camadas em todos os exemplos analisados comporta 39 fiadas de silhares, sendo que, como é possível verificar, entre as fiadas n.º 9 e 14¹¹ se implanta a primeira das janelas de arco quebrado, a sensivelmente 8,8 metros acima do nível atual da calçada, e, entre as fiadas n.º 17 e 26, a aproximadamente 4,5 metros de altura sobre o nível mais elevado da calçada atual, se desenvolvem as portas elevadas, nos casos em que elas existem.

Neste trabalho não foram considerados, por motivos de extensão do texto, os dados relacionados com as interpretações estratigráficas no âmbito da arqueologia do construído. No entanto, encontra-se em preparação um estudo mais abrangente sobre os indícios arqueológicos identificados no trabalho que deu origem a este artigo.

10 Apesar de considerar que este monumento foi reconstruído ainda durante o segundo quartel do século XX (Sousa, 2017), foi, sem dúvida, relevante a tendência para a conservação dos elementos originais e a sua disposição, mesmo que em local distante, em cerca de 50 metros.

11 A contagem das fiadas é feita a partir da primeira fiada, no topo da torre, sem contar com os merlões, até ao nível de calçada atual. Assim sendo, a primeira fiada de silhares, no topo da torre, corresponderia ao n.º 1 e a última fiada, imediatamente ao nível da calçada, corresponderia à fiada n.º 39.

Agradecimentos

Foram importantes os contributos e a disponibilidade da Dra. Leonor Sousa Pereira, da Direção-Geral do Património Cultural/Direção Regional de Cultura do Norte (DGPC/DRNC), da Dra. Laura Cristina Peixoto de Sousa, arqueóloga da Câmara Municipal do Porto, do Professor Doutor Mário Jorge Barroca e do Dr. Manuel Real, e a disponibilidade e apoio do Eng. Rui Freitas, da Direção de Produção da Domus Social, EM.

Referências bibliográficas

- Avello Álvarez, J. L., 1991. *Las Torres Señoriales de la Baja Edad Media Asturiana*. León: Universidad de León.
- Azevedo, C. D., 1988. *Introdução ao Estudo da Casa Nobre*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Azevedo, P., 2018. Roteiro das Casas Nobres com Torre(s): Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Amarante. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 30, pp. 23-35.
- Barel, Y., 1981. *La Ciudad Medieval. Sistema Social-Sistema Urbano*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local.
- Barroca, M. J., 1989. Em Torno da Residência Senhorial Fortificada: Quatro Torres Medievais da Região de Amares. *Revista de História*, pp. 9-61.
- Barroca, M. J., 1998. Torres, Casas-torres ou Casas-fortes: a Conceção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV). *Revista de História das Ideias*, 19, pp. 39-103.
- Duarte, L. M., 2003. *Quando as Casas se Queriam Pequenas (Espaço e Medidas na Idade Média)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de Ciências e Técnicas do Património.
- Garai-Olaun, A. A. e García Gómez, I., 2004. Las Casas-torre Bajomedievales. Análisis Sistemico de un Proceso de Reestructuración Espacial/Territorial. *Arqueología de la Arquitectura*, pp. 7-37.
- La Plaza Escudero, L. d. e Morales Gómez, A., 2014. *Dicionário Visual de Arquitetura*. Lisboa: Quimera.
- Portilla, M., 1978. *Torres y Casas Fuertes en Álava*. Vitoria: Publicaciones Obra Cultural de la Caja de Ahorros Municipal de Vitoria.
- Sousa, S. R. V., 2017. *Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

